

“Sempre fui um leitor inveterado. Durante décadas li mais de cem livros por ano. Aonde ia, levava sempre um livro junto e aproveitava quaisquer 15 minutos disponíveis. Hoje, infelizmente, não consigo mais ler. Fico dependendo de quem possa ler para mim. Recentemente, consegui retomar uma certa independência, com a instalação de um sistema de computador pelo qual se escaneia um texto e o computador o lê em voz alta. É um milagre da tecnologia. Por isso, estou ainda mais convencido de que se alguém diz que não lê porque não tem tempo, é conversa fiada.”

(Adapt. José Mindlin, 94 anos, in: “Sou um otimista incorrigível.” Entrevista concedida a Sílvia Penteado. O Estado de São Paulo, 24 ago.2008, p. D15.)

1. Assinale a alternativa que se **justifica** pelo texto. Para José Mindlin ...
 - a) ... o computador representa total independência em seu hábito de leitura.
 - b) ... todo leitor inveterado lê mais de cem livros por ano.
 - c) ... é inacreditável que as pessoas não tenham tempo para ler.
 - d) ... a tecnologia lhe permite continuar com o hábito da leitura.
2. “É um milagre da tecnologia” denota manifestação, por parte de Mindlin, de:
 - a) admiração, face o avanço da tecnologia.
 - b) afeto pela ciência.
 - c) ironia, em relação ao uso dos computadores.
 - d) alegria por poder fazer leituras no computador..
3. Assinale a alternativa **ERRADA**.
 - a) A expressão pelo qual remete à idéia de um sistema de computador.
 - b) Durante décadas expressa idéia de tempo.
 - c) Em “Por isso, estou ainda mais convencido” há idéia de finalidade.
 - d) Em o computador o lê há, respectivamente, artigo definido e pronome oblíquo.
4. “Sempre fui um leitor inveterado. Durante décadas li mais de cem livros por ano.”
Para que essas frases constituam um único período, conservando o sentido do texto, pode-se substituir o ponto pela conjunção:
 - a) no entanto
 - b) embora
 - c) mas
 - d) e
5. Em Ele sorri dormindo o gerúndio indica circunstância de tempo (= *enquanto/ quando dorme*).
Assinale a alternativa em que há **erro** quanto à circunstância indicada para essa forma nominal do verbo.
 - a) Sendo ainda jovem leitor, eu nada falei sobre minhas leituras. = causa
 - b) Sendo bom leitor, Mindlin conhece os bons autores brasileiros. = concessão
 - c) Conhecerás o escritor Cristóvão Tezza, querendo.= condição
 - d) Sua voz é tão maviosa que ela parece falar cantando. = modo
6. Assinale a alternativa em que há idéia de consequência.
 - a) Faço o concurso, a fim de trabalhar em cartório.
 - b) Ficarei contente, desde que consiga aprovação neste concurso.
 - c) Eu me preparei tanto para o concurso, que serei aprovado.
 - d) Trabalharei em cartório, se for aprovado neste concurso.

7. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
 - a) A regra de acentuação gráfica de lê difere da exigida por alguém.
 - b) As formas verbais fui, li / ia, levava encontram-se nos pretéritos perfeito / imperfeito do indicativo e exprimem, respectivamente, ações totalmente concluídas antes do momento da fala / ação contínua, no passado.
 - c) O acento indicador de crase de Fui à livraria se altera, substituindo-se a forma verbal por Visitei.
 - d) Substituindo-se “se alguém diz” por caso alguém diga o sentido da frase se altera.
8. Transforme os dois períodos abaixo em um único, unindo-os por meio do pronome relativo **cujo**.
O regime democrático deve ser aprimorado.
Nós contribuimos para a implementação do regime democrático.
Assinale a alternativa com a frase que apresenta corretamente o novo período.
 - a) O regime democrático, para a cuja implementação nós contribuimos, deve ser aprimorado.
 - b) O regime democrático, a cuja implementação nós contribuimos, deve ser aprimorado.
 - c) O regime democrático, cuja implementação nós contribuimos, deve ser aprimorado.
 - d) O regime democrático, para cuja implementação nós contribuimos, deve ser aprimorado.
9. Complete os espaços.
 - I. Já participo de concursos _____.
 - II. É para _____ redigir um relatório?
 - III. Neste mês nossa empresa deseja aumentar o volume de vendas _____ mesmo mês do ano passado.
 - IV. Soubemos deste concurso _____ da internet.Assinale a alternativa com as expressões que preservam a correção gramatical das frases.
 - a) dois anos atrás – eu – sobre – através
 - b) há dois anos – eu – em relação ao – por meio.
 - c) há dois anos atrás – mim – sobre o – através.
 - d) há dois anos atrás – mim – em relação ao – por meio
10. A correspondência oficial caracteriza-se por ser impessoal, utilizar o padrão culto da língua e apresentar linguagem clara, concisa e uniforme.
Sabendo isso, complete os espaços do modelo apresentado abaixo.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR OFICIAL DO X TABELIONATO DE PROTESTOS E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS DE PINDAÍBA.
FULANO DE TAL, brasileiro, casado, serventuário da justiça, portador da CI nº. 000.000-0, expedida pelo IIML/RR e do CPF, nº 000.000.000-00, domiciliado _____ José das Quantas, 35, CEP 000.000-00, representante legal da pessoa jurídica de direito privado denominada ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS COELHOS, com sede _____ João de Tal, 322, CEP 000.000-01, vem à presença de V.S.^a _____ mandar averbar o seguinte documento: (estatuto social).

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Pindaíba, 23 de novembro de 2008

FULANO DE TAL

Assinale a alternativa que completa corretamente os espaços.
 - a) à rua – situada à rua – requeiro – vos dignéis
 - b) à rua – sita na rua – deseja – vos dignéis
 - c) na rua – sita à rua – requer – se digne
 - d) na rua – situada na rua – requerer – se digne

11. São brasileiros natos:

- a) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- b) Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- c) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- d) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

12. Dentre outros, são cargos privativos de brasileiros natos:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado, Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro da Economia.
- b) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- c) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado e Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado, Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

13. É competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- b) Autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- c) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

14. Em relação ao processo legislativo, é correto afirmar:

- a) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.
- b) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que tratem de servidores públicos da União, dos Estados e dos Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
- c) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis de organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoais da administração dos Estados e dos Territórios.
- d) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Senado Federal.

15. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Constituição de 1934 foi promulgada, ao passo que a de 1937 foi outorgada.
- b) A Constituição de 1891 foi promulgada.
- c) Das constituições brasileiras, as duas primeiras eram semi-rígidas.
- d) A Constituição de 1824 era semi-rígida, já que previa a alteração de uma parte pelos chamados meios ordinários.

16. Em relação ao sistema de controle de constitucionalidade, é correto afirmar:

- a) O Brasil adota tanto o sistema concentrado de controle de constitucionalidade, como o sistema difuso, o qual se caracteriza pela possibilidade do juiz, em qualquer processo em que tal se mostre necessário para a solução do caso concreto, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- b) Após o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, haverá a comunicação ao Congresso Nacional para a suspensão da execução da lei para que sua eficácia seja suspensa.
- c) A arguição de descumprimento de preceito fundamental poderá ser ajuizada por qualquer cidadão, desde que seja titular de direitos políticos.
- d) O Supremo Tribunal é o competente para conhecer de ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

17. Em relação à repartição das competências entre a União, Estados e Municípios, é correto afirmar:

- a) Em relação à competência privativa, não há possibilidade de autorização legislativa para que os Estados tratem das matérias ali colocadas.
- b) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, legislar sobre registros públicos.
- c) Compete privativamente à União legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- d) É competência exclusiva da União legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

18. Quanto aos Direitos Políticos, analise as afirmações a seguir.

- I. São condições de elegibilidade, entre outras, filiação partidária, o alistamento militar e a nacionalidade brasileira.
- II. Constitui condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta e cinco anos para senador.
- III. É vedada a cassação de direitos políticos, porém, a perda destes se dará em caso de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- IV. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.

A alternativa que contém **todas e somente** as afirmações corretas é:

- a) I – II - IV
- b) I - II - III
- c) III - IV
- d) II – III

19. Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.
- As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, o trânsito em julgado.
 - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de determinação judicial, ou, durante o dia, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.
 - A lei processual penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
 - São gratuitas as ações de *habeas-corpus* e *habeas-data*.
20. No âmbito do devido processo legislativo, assinale a única opção correta:
- A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
 - As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
 - Ainda que o Presidente da República detenha legitimidade para propor emenda à Constituição, é certo que, se ela vier a ser aprovada, não será submetida a sanção ou veto.
 - É vedada, dentre outras, a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal, civil, processual civil, além de matéria reservada a lei complementar.
21. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, em relação ao Controle de Constitucionalidade, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.
- () Estão legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros, o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, o Conselho Seccional do OAB, assim como o Procurador-Geral da República.
- () Considera-se como forma de controle repressivo de constitucionalidade atribuído ao Poder Legislativo, a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- () A súmula vinculante, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, segundo o texto constitucional, possui força vinculativa idêntica à decisão de mérito proferida em ação direta de inconstitucionalidade.
- () Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias, sob pena de multa.
- A seqüência correta, de cima para baixo, é:
- F - F - V - V
 - F - V - F - F
 - F - V - V - F
 - V - F - F - V
22. Acerca da Ordem Econômica e Financeira assinale a alternativa correta, a qual elenca alguns de seus princípios expressos na Constituição da República Federativa do Brasil:
- Livre iniciativa e redução das desigualdades regionais e sociais.
 - Livre concorrência e propriedade privada.
 - Defesa do consumidor e dignidade da pessoa humana.
 - Busca do pleno emprego e função social do contrato.

23. No que se refere ao Poder Judiciário a suas respectivas competências constitucionais, **todas** as alternativas estão corretas, **EXCETO**:
- Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
 - Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como as ações que envolvam exercício do direito de greve.
 - Compete aos juízes federais processar e julgar os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.
 - Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente o **habeas corpus**, quando o coator for o Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica.
24. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Assim, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, sobre o Ministério Público, assinale a alternativa correta.
- O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.
 - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
 - É vedado, expressamente no texto constitucional, ao membro do Ministério Público, exercer outra função pública.
25. Sobre a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, analise as afirmações a seguir.
- O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa em caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.
 - De acordo com a Constituição Federal, a execução de atividades de defesa civil incumbe aos corpos de bombeiros militares.
 - Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve e, ainda em relação a este, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.
 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais.
- A alternativa que contém **todas** e **somente** as afirmações **corretas** é:
- III - IV
 - I - II - IV
 - II - III
 - I - III

26. Considere as seguintes assertivas:

- I. Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- II. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo esse determinante tanto para o setor público como para o setor privado.
- III. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Com fundamento na Constituição da República, estão corretas:

- a) Apenas as assertivas I e II.
- b) Apenas as assertivas II e III.
- c) Todas as assertivas.
- d) Apenas as assertivas I e III.

27. Em atenção à desapropriação, assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição da República:

- a) Todas as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos.
- b) Compete a União, aos Estados e aos Municípios desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis no prazo de até vinte anos.
- c) Na desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.
- d) O Poder Público Municipal pode determinar a imediata desapropriação de terreno urbano que não tenha o adequado aproveitamento, realizando o pagamento da respectiva indenização mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos.

28. Assinale a alternativa correta:

A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização é, nos termos da Lei Federal n. 8987/95, o instituto da:

- a) Intervenção.
- b) Encampação.
- c) Investidura.
- d) Caducidade.

29. Considere as seguintes assertivas:

- I. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- II. São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- III. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a desapropriação.

Com fundamento na Constituição da República, estão corretas:

- a) Todas as assertivas.
- b) Apenas a assertiva I.
- c) As assertivas I e III.
- d) As assertivas I e II.

30. De acordo com a Lei Federal n.8.666/93, a licitação poderá ser dispensada:

- a) Para a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades específicas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha.
- b) Para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca.
- c) Na contratação de serviços de publicidade, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.
- d) Nas concessões de serviços públicos.

31. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei nº 6.015/73:

- a) Quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial.
- b) Salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro serão praticados: (i) por ordem judicial; (ii) a requerimento verbal ou escrito dos interessados; (iii) a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.
- c) Será anulável o registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente, sendo civil e criminalmente responsável o oficial que der causa à anulabilidade.
- d) Todos os títulos, apresentados no horário regulamentar e que não forem registrados até a hora do encerramento do serviço, aguardarão o dia seguinte, no qual serão registrados, preferencialmente, aos apresentados nesse dia. O registro civil de pessoas naturais não poderá, entretanto, ser adiado.

32. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei nº 6.015/73:

- a) As certidões do Registro Civil das Pessoas Naturais mencionarão, sempre, a data em que foi lavrado o assento e serão manuscritas ou datilografadas e, no caso de adoção de papéis impressos, os claros serão preenchidos também em manuscrito ou datilografados.
- b) As certidões extraídas dos registros públicos deverão ser fornecidas em papel e mediante escrita que permitam a sua reprodução por fotocópia, ou outro processo equivalente. No caso de recusa ou retardamento na expedição da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade competente, que aplicará, se for o caso, a pena disciplinar cabível. Para a verificação do retardamento, o oficial, logo que receber alguma petição, fornecerá à parte uma nota de entrega devidamente autenticada.
- c) As certidões de nascimento mencionarão, além da data em que foi feito o assento, a data, por extenso, do nascimento e, ainda, expressamente, o lugar onde o fato houver ocorrido.
- d) A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 10 (dez) dias.

33. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei nº 6.015/73, em relação ao Registro de Imóveis:

- a) No Registro de Imóveis, além da matrícula, será feito o registro por cancelamento, da extinção dos ônus e direitos reais.
- b) No Registro de Imóveis, além da matrícula, será feito o registro dos contratos de penhor rural.
- c) No Registro de Imóveis, além da matrícula, será feito o registro das rendas constituídas sobre imóveis ou a eles vinculadas por disposição de última vontade.
- d) No Registro de Imóveis, além da matrícula, será feito o registro das penhoras, arrestos e seqüestros de imóveis.

34. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei nº 6.015/73, em relação à Habilitação para o Casamento:
- Se os nubentes residirem em diferentes distritos do Registro Civil, em um e em outro se publicará e se registrará o edital.
 - Autuada a petição de certidão com os documentos, o oficial mandará afixar proclamas de casamento em lugar ostensivo de seu cartório e fará publicá-los na imprensa local, se houver. Em seguida, abrirá vista dos autos ao órgão do Ministério Público, para manifestar-se sobre o pedido e requerer o que for necessário à sua regularidade, podendo exigir a apresentação de atestado de residência, firmado por autoridade policial, ou qualquer outro elemento de convicção admitido em direito.
 - Na habilitação para o casamento, os interessados, apresentando os documentos exigidos pela lei civil, requererão ao oficial do registro do distrito de residência de um dos nubentes, que lhes expeça certidão de que se acham habilitados para se casarem.
 - Se o órgão do Ministério Público impugnar o pedido de certidão ou a documentação, os autos serão encaminhados ao Juiz, que decidirá havendo possibilidade de recurso.
35. Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 6.015/73, em relação ao Registro de Imóveis:
- O oficial retificará o registro ou a averbação de ofício ou a requerimento do interessado nos casos de inserção ou modificação dos dados de qualificação pessoal das partes, comprovada por qualquer documento, ou mediante despacho judicial quando houver necessidade de produção de outras provas.
 - O oficial retificará o registro ou a averbação de ofício ou a requerimento do interessado nos casos de indicação ou atualização de confrontação.
 - O oficial retificará o registro ou a averbação a requerimento do interessado, no caso de inserção ou alteração de medida perimetral de que resulte, ou não, alteração de área, instruído com planta e memorial descritivo assinado por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no competente Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, dispensadas as assinaturas dos confrontantes.
 - O oficial retificará o registro ou a averbação de ofício ou a requerimento do interessado nos casos de alteração ou inserção que resulte de mero cálculo matemático feito a partir das medidas perimetrais constantes do registro.
36. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei nº 6.015/73, em relação ao Registro de Imóveis:
- Quando dois ou mais imóveis contíguos pertencentes ao mesmo proprietário, constarem de matrículas autônomas, pode ele requerer a fusão destas em uma só, reaproveitando um dos números.
 - Podem ser unificados, com abertura de matrícula única, dois ou mais imóveis constantes de transcrições anteriores à Lei 6.015/73, à margem das quais será averbada a abertura da matrícula que os unificar.
 - Os imóveis unificados em matrícula única, bem como os oriundos de desmembramentos, partilha e glebas destacadas de maior porção, serão desdobrados em novas matrículas, juntamente com os ônus que sobre eles existirem, sempre que ocorrer a transferência de uma ou mais unidades.
 - A matrícula será cancelada quando em virtude de alienações parciais, o imóvel for inteiramente transferido a outros proprietários.
37. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei nº 6.015/73:
- O registro da penhora faz prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.
 - O contrato de locação, com cláusula expressa de vigência no caso de alienação do imóvel, registrado no Livro nº 1, consignará também, o seu valor, a renda, o prazo, o tempo e o lugar do pagamento, bem como pena convencional.
 - O registro de hipoteca convencional valerá pelo prazo de 30 (trinta) anos, findo o qual só será mantido o número anterior se reconstituída por novo título e novo registro.
 - As escrituras antenupciais serão registradas no livro nº 3 do cartório do domicílio conjugal, sem prejuízo de sua averbação obrigatória no lugar da situação dos imóveis de propriedade do casal, ou dos que forem sendo adquiridos e sujeitos a regime de bens diverso do comum, com a declaração das respectivas cláusulas, para ciência de terceiros.
38. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei nº 8.935/94.
- Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, têm direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia e só perderão a delegação na aposentadoria.
 - São deveres dos notários e dos oficiais de registro, dentre outros: (i) manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros; (ii) atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza e (iii) fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar.
 - Devem os notários e oficiais de registro facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas.
 - São direitos do notário e do registrador, dentre outros: (i) exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia; (ii) organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar.
39. Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 8.935/94.
- A responsabilidade civil, dos notários e oficiais de registro, depende da criminal. A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a administração pública.
 - A responsabilidade civil, dos notários e oficiais de registro, independe da criminal. A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a administração pública.
 - Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso somente no caso de dolo dos prepostos.
 - Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, vedado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.
40. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei nº 8.935/94, em relação ao protesto de títulos.
- Aos tabeliães de protesto de título compete privativamente receber o pagamento dos títulos protocolizados, dando quitação.
 - Havendo mais de um tabelião de protestos na mesma localidade, será facultada a prévia distribuição dos títulos.
 - Aos tabeliães de protesto de título compete privativamente protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação.
 - Aos tabeliães de protesto de título compete privativamente averbar o cancelamento do protesto.

41. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei nº 8.935/94, em relação aos prepostos.
- Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.
 - Os notários e os oficiais de registro encaminharão ao juízo competente os nomes dos substitutos e os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.
 - O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.
 - Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério da Corregedoria do Tribunal de Justiça.
42. Quanto à escrituração, estabelece a Lei nº 6.015/73.
- A escrituração será feita em livros encadernados, que obedecerão aos modelos anexos à lei de registros públicos (Lei nº 6.015/73), sujeitos à correição da autoridade judiciária competente.
 - Para facilidade do serviço podem os livros ser escriturados mecanicamente, em folhas soltas, obedecidos os modelos aprovados pela autoridade judiciária competente.
 - Os livros de escrituração serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo Juiz, podendo ser utilizado, para tal fim, processo mecânico de autenticação previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.
 - Considerando a quantidade dos registros, o Juiz poderá autorizar a diminuição do número de páginas dos livros respectivos, até a metade do consignado na lei de registros públicos (Lei nº 6.015/73).
- As alternativas II e IV estão corretas.
 - As alternativas II e III estão corretas.
 - As alternativas I e II estão corretas.
 - As alternativas III e IV estão corretas.
43. A Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), quanto ao óbito, dispõe:
- Nenhum sepultamento será feito sem certidão, do oficial de registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.
 - A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela família do falecido.
 - A declaração de óbito poderá ser feita por meio de preposto, autorizando-o o declarante em escrito ou verbalmente, de que constem os elementos necessários ao assento de óbito.
 - Poderão os Juízes togados admitir justificação para o assento de óbito de pessoas desaparecidas em naufrágio, inundação, incêndio, terremoto ou qualquer outra catástrofe, quando estiver provada a sua presença no local do desastre e não for possível encontrar-se o cadáver para exame.
- As alternativas I e III estão corretas.
 - As alternativas I, III e IV estão corretas.
 - As alternativas I e IV estão corretas.
 - As alternativas II e IV estão corretas.
44. O oficial, ao protocolar e autuar o requerimento de registro de imóvel rural no Registro Torrens e os documentos que o instruem, tem como dever verificar se o pedido se acha em termos de ser despachado, bem como observar:
- Se há irregularidade referente ao pedido ou documentação, podendo conceder o prazo de trinta (30) dias para que o interessado os regularize. Se o requerente não estiver de acordo com a exigência do oficial, este suscitará dúvida.
 - Se o levantamento da planta, exigida no inciso IV, do artigo 278, obedeceu às regras de emprego de goniômetros ou outros instrumentos de maior precisão; se foi orientada segundo o mediano do lugar, determinada a declinação magnética e a fixação dos pontos de referência necessários a verificações ulteriores e de marcos especiais, ligados a pontos certos e estáveis nas sedes das propriedades, de maneira que a planta possa incorporar-se à carta geral cadastral.
 - Se o imóvel encontra-se sujeito à hipoteca ou ônus real sendo que neste caso não será admitido o registro de forma alguma.
 - Se a sentença que deferiu o pedido transitou em julgado, devendo, neste caso inscrever, na matrícula, o julgado que determinou a submissão do imóvel aos efeitos do Registro Torrens, arquivando em cartório a documentação autuada.
- As alternativas II e IV estão corretas.
 - As alternativas I, II e IV estão corretas.
 - As alternativas I e III estão corretas.
 - As alternativas I, II e III estão corretas.
45. Responda com fundamento na Lei nº 6.015/73.
- São requisitos da escrituração do Livro nº 1 - Protocolo: o número de ordem, que seguirá indefinidamente nos livros da mesma espécie; a data da apresentação; o nome do apresentante; a natureza formal do título e os atos que formalizar, resumidamente mencionados.
 - O Livro nº 3 - Registro Auxiliar - será destinado ao registro dos atos que, sendo atribuídos ao Registro de Imóveis por disposição legal, não digam respeito diretamente a imóvel matriculado.
 - O Livro nº 4 - Indicador Real - será o repositório de todos os imóveis que figurarem nos demais livros, devendo conter sua identificação, referência aos números de ordem dos outros livros e anotações necessárias.
 - O Livro nº 5 - Indicador Pessoal - dividido alfabeticamente, será o repositório dos nomes de todas as pessoas que, individual ou coletivamente, ativa ou passivamente, direta ou indiretamente, figurarem nos demais livros, fazendo-se referência aos respectivos números de ordem.
- Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
 - Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.
 - Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
 - As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
46. Excluídos o provimento por remoção e aqueles que tenham exercido função notarial ou de registro por 10 (dez) ou mais anos, a delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos, dentre outros:
- Habilitação em concurso público de provas e títulos.
 - Estado civil.
 - Nacionalidade brasileira ou comprovação de naturalização brasileira.
 - Diploma de bacharel em direito.
- As alternativas I e IV estão corretas.
 - As alternativas II e IV estão corretas.
 - As alternativas II e III estão corretas.
 - As alternativas II e III estão corretas.

47. Em relação ao Registro de imóveis, estabelece a Lei nº 6.015/73 :

- I. O desmembramento territorial posterior ao registro exige sua repetição no novo cartório.
- II. No Registro de Imóveis serão feitos, nos termos desta Lei, o registro e a averbação dos títulos ou atos constitutivos, declaratórios, translativos e extintos de direitos reais sobre imóveis reconhecidos em lei, "inter vivos" ou " mortis causa" quer para sua constituição, transferência e extinção, quer para sua validade em relação a terceiros, quer para a sua disponibilidade.
- III. Em caso de permuta, e pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob um único número de ordem no Protocolo.
- IV. Se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial exigirá a prévia matrícula, não necessitando do registro do título anterior, qualquer que seja a sua natureza, para manter a continuidade da matrícula.

- a) As alternativas II e IV estão corretas.
- b) As alternativas II e III estão corretas.
- c) As alternativas I e IV estão corretas.
- d) As alternativas I e III estão corretas.

48. Com base na Lei nº 6.015/73, responda.

- I. No Registro Civil de Pessoas Jurídicas será feito o registro dos jornais, periódicos, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias a que se refere o art. 8º da Lei nº 5.250, de 9-2-1967.
- II. Não poderão ser registrados os atos constitutivos de pessoas jurídicas, quando o seu objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitos ou contrários, nocivos ou perigosos ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.
- III. Todos os exemplares de contratos, de atos, de estatuto e de publicações, registrados e arquivados serão encadernados por periódicos certos, acompanhados de índice que facilite a busca e o exame.
- IV. A existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos.

- a) Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- c) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as alternativas III e IV estão corretas.

49. O registro das sociedades, fundações e partidos políticos consistirá na declaração, feita em livro, pelo oficial, do número de ordem, da data da apresentação e da espécie do ato constitutivo, com as seguintes indicações, dentre outras.

- I. As condições de extinção da pessoa jurídica e nesse caso, a forma de distribuição, entre os membros da diretoria, do seu patrimônio.
- II. Condições de extinção da pessoa jurídica e nesse caso, o destino do seu patrimônio.
- III. Se os membros respondem ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.
- IV. A forma de remuneração de sua diretoria.

- a) As alternativas I e III estão corretas.
- b) As alternativas I e IV estão corretas.
- c) As alternativas II e III estão corretas.
- d) As alternativas II e IV estão corretas.

50. No concurso de ingresso na Atividade Notarial e de Registro, as vagas serão preenchidas alternadamente, duas terças partes por concurso público de provas e títulos e uma terça parte por meio de remoção, não se permitindo que qualquer serventia notarial ou de registro fique vaga, sem abertura de concurso de provimento inicial ou de remoção, por mais de seis meses. Com fundamento na afirmativa acima, responda:

- I. Para estabelecer o critério do preenchimento, tomar-se-á por base a média da data entre a vacância da titularidade e a da criação do serviço.
- II. Para estabelecer o critério do preenchimento, tomar-se-á por base a data de vacância da titularidade sem necessidade da verificação da data da criação do serviço, tendo em vista a rigorosa ordem de classificação no concurso.
- III. Para estabelecer o critério do preenchimento, tomar-se-á por base a data de vacância da titularidade ou, quando vagas na mesma data, aquela da criação do serviço.
- IV. Para estabelecer o critério do preenchimento, tomar-se-á por base a data da remoção ou, quando vagas na mesma data, aquela da titularidade.

- a) Somente a alternativa IV está correta.
- b) Somente a alternativa I está correta.
- c) Somente a alternativa II está correta.
- d) Somente a alternativa III está correta.

51. João Silveira, empresário no setor imobiliário em São Luís do Maranhão é primo de Nilo Silveira, Tabelião de Notas de uma cidade vizinha, e sob a justificativa de agilizar a prestação dos serviços direciona seus negócios para a serventia de seu primo, que autoriza seu substituto a praticar os atos notariais na empresa de João Silveira.

- I. A atitude de Nilo está incorreta porque a lei estabelece que o tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.
- II. A atitude de Nilo está correta porque se trata de mera diligência.
- III. A atitude de Nilo está correta, pois as partes têm ampla liberdade de escolherem o Tabelião de sua confiança.
- IV. A atitude de Nilo está correta, porque somente o Tabelião pessoalmente pode praticar atos fora de sua serventia.

- a) Somente a alternativa II está correta.
- b) Somente a alternativa I está correta.
- c) As alternativas I, III e IV estão corretas.
- d) As alternativas II e III estão corretas.

52. Quanto aos registros públicos, responda:

- I. Os livros de registro, bem como as fichas que os substituam, somente sairão do respectivo cartório mediante autorização judicial ou por requerimento da parte interessada dirigido ao Oficial de Registro.
- II. Os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório ali permanecerão por 20 anos, e posteriormente poderão ser arquivados no fórum da comarca em que pertencer a serventia.
- III. Quando a lei criar novo cartório, e enquanto este não for instalado, os registros continuarão a ser feitos no cartório que sofreu o desmembramento, não sendo necessário repeti-los no novo ofício.

- a) Somente a alternativa II está incorreta.
- b) Todas as alternativas estão incorretas.
- c) Somente a alternativa III está correta.
- d) Somente a alternativa I está correta.

53. Os notários e oficiais de registro estão sujeitos às infrações disciplinares e penalidades previstas na Lei nº 8.935/94 e quando o caso configurar a perda da delegação, o juízo competente suspenderá o notário ou oficial de registro, até a decisão final, e designará interventor. Com fundamento na assertiva responda:
- No caso de afastamento do titular do serviço, o juízo competente designará interventor para responder pela serventia, quando o substituto também for acusado das faltas ou quando a medida se revelar conveniente para os serviços.
 - Durante o período de afastamento, o titular perceberá um terço da renda líquida da serventia; o restante será depositado em conta bancária especial, com correção monetária.
 - Absolvido o titular, receberá ele o montante dessa conta; condenado, caberá a metade do montante ao interventor.
- Somente a alternativa I está correta.
 - Somente as alternativas I e II estão corretas.
 - Somente as alternativas II e III estão corretas.
 - Somente a alternativa III está correta.
54. Quanto à natureza de fins das atividades notariais e registrais, responda:
- Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais da administração pública, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.
 - Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários convenientes ao atendimento ao público e de acordo com as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.
 - O serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado, também, nos sábados, domingos e feriados pelo sistema de plantão.
 - Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- As alternativas II e IV estão corretas.
 - As alternativas I e III estão corretas.
 - As alternativas I e II estão corretas.
 - As alternativas III e IV estão corretas.
55. Considerando que o protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida, responda:
- Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.
 - O protesto será registrado dentro de três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida.
 - A intimação poderá ser feita por edital somente nos casos em que a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida, sua localização incerta ou ignorada.
 - O pagamento do título ou do documento de dívida apresentado para protesto será feito diretamente no Tabelionato competente, no valor igual ao declarado pelo apresentante, acrescido de juros, atualização monetária por índice oficial e emolumentos e demais despesas.
- As alternativas III e IV estão corretas.
 - As alternativas II, III e IV estão corretas.
 - As alternativas I e II estão corretas.
 - As alternativas I, III e IV estão corretas.
56. Em relação ao regime de bens entre os cônjuges, o atual Código Civil prevê:
- A impossibilidade de os nubentes, depois do casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.
 - A impossibilidade de os nubentes estipular, quantos aos seus bens, o que lhes aprouver.
 - A possibilidade de os nubentes, mediante autorização judicial, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.
 - A possibilidade de os nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.
57. Em relação à adoção, o atual Código Civil prevê:
- Só a pessoa maior de dezesseis anos pode adotar.
 - Só a pessoa maior de vinte e um anos pode adotar.
 - Só a pessoa maior de dezoito anos pode adotar.
 - Só com o consentimento dos pais de quem se deseja adotar, em sendo este maior de dezoito anos, poderá ser feita a adoção.
58. Em relação ao condomínio edilício, o atual Código Civil prevê:
- A unidade imobiliária pode ser privada do acesso ao logradouro público.
 - A cada unidade imobiliária caberá, como parte inseparável, uma fração ideal no solo e nas outras partes comuns, que será identificada em forma decimal ou ordinária no instrumento de instituição do condomínio.
 - O terraço de cobertura é parte comum, ainda que disposição em contrário se faça na escritura de constituição do condomínio.
 - Não pode haver, em edificações, partes que são propriedade exclusiva, e partes que são propriedade comum dos condôminos.
59. Em relação aos títulos de crédito, assinale a proposição correta:
- A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
 - São requisitos imprescindíveis à validade do título de crédito a data da sua emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, a assinatura do emitente e a data do vencimento.
 - São atributos dos títulos de crédito a literalidade, a cartularidade e a autonomia.
 - Admite-se a garantia por aval parcial.
60. Em relação à sucessão legítima, assinale a proposição correta:
- O cônjuge sobrevivente não concorre com os ascendentes.
 - Se irmãos bilaterais concorrerem à herança, os irmãos unilaterais nada herdarão.
 - Ao cônjuge sobrevivente, e apenas no regime de comunhão universal de bens, assegura-se, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família desde que seja o único daquela natureza a inventariar.
 - O cônjuge sobrevivente concorre com os descendentes, salvo se aquele for casado com o falecido no regime da comunhão universal ou no da separação obrigatória de bens.

61. Em relação ao empresário, assinale a proposição correta:

- a) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência está dispensado de fazer a averbação no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- b) É obrigatória a inscrição do empresário no cartório de registro de títulos e documentos da respectiva sede.
- c) Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, com o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- d) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

62. Assinale a proposição correta:

- a) A remoção do tutor ou curador pode ser requerida pelo órgão do Ministério Público ou por qualquer outra pessoa que tenha legítimo interesse.
- b) Em nenhuma hipótese o Ministério Público poderá elaborar o estatuto de fundação.
- c) A escritura pública de divórcio consensual, não havendo filho menor ou incapaz, somente será lavrada pelo tabelião se nela o Ministério Público interviu.
- d) O Ministério Público não pode exercer papel fiscalizador das fundações.

63. Assinale a alternativa correta:

- a) É eficaz a cessão de direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente.
- b) Somente podem realizar testamento os maiores de 18 anos capazes.
- c) O nascimento de filho do testador posterior à elaboração do testamento o rompe na integralidade, desde que este sobreviva ao testador.
- d) É possível renunciar uma parte da herança e aceitar outra.

64. Assinale a alternativa correta:

- a) A habilitação para o casamento poderá ser dispensada, em caso de urgência.
- b) Não é possível a escolha de outro regime de bens na união estável, além do regime legal de comunhão parcial, desde que feito por contrato escrito.
- c) Não é possível a realização do divórcio sem a partilha dos bens.
- d) A união estável independe de declaração ou contrato escrito para seu reconhecimento.

65. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É anulável a venda de ascendente a descendente se não houver o consentimento expresso dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
- b) Em regra, os descendentes que concorrerem a sucessão do ascendente comum são obrigados, para igualar as legítimas, a conferir o valor das doações que receberam em vida, sob pena de sonegação.
- c) O doador pode dispensar a colação dos bens em testamento ou no próprio ato de liberalidade.
- d) É possível a doação de bens de forma desigual do ascendente aos descendentes, desde que seja de sua parte disponível.

66. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. O documento público faz prova não só de sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença. Fazem a mesma prova que os originais, as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade.
- II. A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível. É definitiva a execução fundada em título extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado desde que recebidos com efeito suspensivo.
- III. A sentença constitutiva reveste-se em provimento jurisdicional que constitui, modifica ou extingue uma relação ou situação jurídica. São exemplos de sentenças constitutivas aquelas proferidas em ações de: anulação de casamento ou de separação dos cônjuges, de anulação de ato jurídico por incapacidade relativa do agente ou por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude e de rescisão de contrato.
- IV. O desembargador relator, no tribunal de justiça estadual ou no tribunal regional federal, negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com jurisprudência dominante do respectivo tribunal de segundo grau, do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

- a) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- b) As assertivas de I a IV estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.

67. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. Havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial. Todavia, se todos forem capazes e concordes, o inventário e a partilha podem ser feitos por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário. O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado comum ou advogados de cada uma delas, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.
- II. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos. Os embargos serão oferecidos no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação. Os embargos do executado, ordinariamente, não terão efeito suspensivo.
- III. Suspende-se o processo, por prejudicialidade externa, quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, ou da declaração de existência ou da inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente.
- IV. Correndo em separado ações conexas perante juízes com competência territorial diversa, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar ou o juiz da comarca em que a demanda foi por primeiro distribuída.

- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
- b) As assertivas I e IV estão corretas.
- c) As assertivas II e III estão corretas.
- d) As assertivas I e III estão corretas.

68. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:
- Quando a lei exigir, como da substância do ato, o instrumento público, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta. No entanto, o documento feito por oficial público mesmo que incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, desde que subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento que se pretendia produzir.
 - Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis, como por exemplo, ação demarcatória, ação discriminatória e ação reivindicatória, é competente o foro da situação da coisa (*forum rei sitae*). Trata-se de competência funcional e portanto absoluta que não admite prorrogação nem derrogação por vontade das partes.
 - A separação consensual e o divórcio consensual, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos, poderão ser realizados por escritura pública, da qual constarão as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento. A escritura, após homologação judicial, constitui-se como título hábil para o registro civil e o registro de imóvel.
 - Cessa a eficácia da medida cautelar se a parte não intentar a ação principal no prazo de 30 (trinta) dias quando aquela for concedida em procedimento preparatório. Conta-se o prazo da efetivação da medida e não da data da decisão concessiva da cautela.
- As assertivas II e III estão corretas.
 - As assertivas II, III e IV estão corretas.
 - As assertivas II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, III e IV estão corretas.
69. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:
- Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente. Da decisão interlocutória cabe agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.
 - Extingue-se o processo sem resolução de mérito, por carência de ação, quando ao autor faltar legitimação ativa derivada de ausência de capacidade de ser parte, o seu patrono não apresentar no prazo legal o instrumento de mandato e o pedido for juridicamente impossível.
 - São manifestações do princípio processual do devido processo legal as seguintes garantias: acesso à justiça, igualdade de tratamento, publicidade dos atos processuais, contraditório, ampla defesa, julgamento por juiz natural e competente, de acordo com provas obtidas lícitamente por decisão fundamentada.
 - As medidas cautelares incidentais são requeridas ao juiz da causa e quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal; interposta a apelação contra a sentença em ação principal, a medida cautelar é requerida diretamente ao tribunal.
- As assertivas I, III e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II e III estão corretas.
 - As assertivas II, III e IV estão corretas.
70. Sobre a Lei de Introdução ao Código Civil, que, na verdade, é uma "metanorma", já que perpassa e instrui todo o sistema jurídico, é correto afirmar:
- A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, vedada em qualquer hipótese a aplicação da lei pessoal do *de cuius*.
 - No direito brasileiro, é amplamente reconhecida a repristinação, independentemente de previsão expressa.
 - Caso ocorra nova publicação do texto da lei (visando a sua correção), antes que tenha entrado em vigor, o prazo começará a correr da nova publicação.
 - A "vacatio legis", salvo expressa previsão em contrário, é de 90 (noventa) dias.
71. No tocante à sucessão, é correto afirmar:
- São herdeiros necessários os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, cabendo-lhes, de pleno direito, a metade dos bens da herança.
 - O direito de representação opera-se apenas na linha ascendente e descendente.
 - A petição de herança é imprescritível, assim como ocorre com a investigação de paternidade.
 - A sucessão é regulada pela lei vigente ao tempo do ajuizamento do inventário respectivo.
72. Assinale a alternativa correta em relação ao direito do consumidor:
- A inclusão de cláusula no formulário (contrato) desconfigura a sua natureza de adesão, porquanto modificado por iniciativa das partes contratantes.
 - Desde que expressa contratualmente, admite-se a cláusula que transfere responsabilidade a terceiro, quando precisamente identificado.
 - O prazo de decadência é de trinta dias para os produtos não duráveis e de noventa dias para os duráveis.
 - Eximir-se-á o fornecedor da responsabilidade caso resulte comprovado que ignorava os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços.
73. Em relação aos atos processuais, assinale a alternativa **ERRADA**:
- Em casos excepcionais, a citação e a penhora poderão se realizar em domingos e feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido legalmente (das 6 às 20 horas), independentemente de autorização expressa do juiz.
 - A citação, ainda que ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
 - A superveniência das férias suspenderá o curso dos prazos processuais.
 - Não se admite a citação pelo correio nas ações de estado.
74. Sobre o processo de execução, é correto afirmar:
- Opostos embargos à execução, independentemente da garantia do juízo (penhora, depósito ou caução), poderá o juiz atribuir-lhes efeito suspensivo quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.
 - É considerado título executivo extrajudicial o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas, assim também o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.
 - Os embargos à execução serão oferecidos no prazo de até 10(dez) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação do executado.
 - Em caso de execução fundada em título extrajudicial, o executado será citado para efetuar o pagamento em 03(três) dias ou nomear bens a penhora, caso pretenda opor embargos à execução

75. Sobre os recursos, é correto afirmar:

- a) O juízo de admissibilidade é exercido pelo próprio juiz prolator da sentença, cujo entendimento, todavia, não vincula o tribunal para onde o recurso é encaminhado.
- b) Após interposto o recurso, o recorrente somente poderá desistir do mesmo se houver a anuência do recorrido.
- c) A apelação será recebida apenas no efeito devolutivo. Excepcionalmente, ser-lhe-á conferido efeito suspensivo a critério do desembargador relator.
- d) Os embargos de declaração poderão ser opostos no prazo de 05 (cinco) dias, caso em que permanecerá suspenso o prazo para a interposição de outros recursos.

76. É certo afirmar:

- I. A inimputabilidade penal deve ser constatada mediante perícia, não se admitindo que seja ela presumida a partir do delito praticado pelo agente, a não ser que se considere presumida a periculosidade do imputável.
- II. No direito brasileiro não há qualquer possibilidade de se aplicar a pena de morte.
- III. Apesar do perdão judicial extinguir a punibilidade, ele não possui o caráter de evitar a reincidência criminal.
- IV. Quando há concurso formal entre um crime de ação penal pública e outro de ação penal privada, o órgão do Ministério Público não pode oferecer denúncia em relação aos dois.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

77. É certo afirmar:

- I. Os crimes contra a ordem econômica por apresentarem pena de multa alternativa, são considerados de pequeno potencial lesivo.
- II. O disparo de arma de fogo em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, constitui-se em contravenção penal.
- III. Por se tratar o crime contra a ordem tributária de crime de conduta múltipla ou de conteúdo variado, ainda que o agente pratique várias condutas delitivas, haverá um único crime, e não multiplicidade de crimes.
- IV. Tratando-se de menores, os crimes cometidos contra a criança e o adolescente previstos no seu Estatuto (ECA), são de ação pública condicionada à representação.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

78. Assinale a alternativa correta:

- a) Pelo resultado que agrave especialmente a pena, somente responde o agente que o houver causado dolosamente.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixe de considerar crime, salvo em se tratando de lei excepcional ou temporária, hipótese em que verificada a ultra-atividade da lei penal no tempo.
- c) O desconhecimento da lei se constitui em hipótese de erro quanto à ilicitude do fato que, se inevitável, isenta de pena e, se evitável, poderá diminuí-la.
- d) Ninguém é obrigado a agir para evitar crime de outrem; a omissão somente é penalmente relevante em relação a resultado proveniente da conduta de terceiro ou da própria vítima nas hipóteses de crimes omissivos próprios.

79. É certo afirmar:

- I. O sujeito ativo nas condutas previstas nos crimes de abuso de autoridade, é toda pessoa que exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.
- II. Aquele que produz, sem autorização do titular, no todo ou em parte, marca registrada, ou imita-a de modo que possa induzir confusão, comete contravenção penal.
- III. As faltas disciplinares médias e graves não podem ser aplicadas pelo diretor do estabelecimento penal, sem a anuência do juízo competente.
- IV. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário quando o autor da denúncia o sabe inocente, estando o denunciante sujeito além da sanção penal, a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado, tudo conforme prevê a Lei nº 8.429/92.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

80. É certo afirmar:

- I. Basicamente, o Inquérito Policial possui por finalidade colher indícios sobre autoria e materialidade, dando possibilidade ao Ministério Público de oferecer denúncia.
- II. Caso o Ministério Público entenda não ser o caso de denúncia, pode determinar: o arquivamento; a baixa dos autos em diligência; a extinção da punibilidade.
- III. O inquérito policial é indispensável para o oferecimento da denúncia.
- IV. Segundo o Código de Processo Penal, estando o réu preso, o prazo para a conclusão do inquérito policial será de 10 dias, estando solto, de 30 dias.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

81. Assinale a alternativa correta:

- a) A prisão de autor de crime que se encontre em situação de flagrância, conquanto seja faculdade do cidadão comum, se constitui em dever dos agentes públicos em geral.
- b) Constituem-se infrações de menor potencial ofensivo, as contravenções penais e os crimes cuja pena privativa de liberdade não exceda a dois anos ou aos quais, qualquer que seja a pena privativa de liberdade prevista, seja alternativamente cominada pena de multa.
- c) A inquirição das testemunhas no processo penal somente é efetuada por intermédio do Juiz que presida o respectivo ato, a quem incumbe formular, da maneira que entender adequada, os questionamentos que lhe forem dirigidos pelas partes, cabendo a estas, caso discordem do encaminhamento adotado, consignarem no termo respectivo seu inconformismo.
- d) Determinada, na sentença penal condenatória pela prática de crime falimentar, a inabilitação para o exercício de atividade empresarial, deverá ser procedida a notificação do Registro Público de Empresas, a quem incumbirá a adoção das providências necessárias para impedir novo registro em nome do inabilitado.

82. Assinale a alternativa correta:

- a) A prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos crimes de falsificação ou alteração de assentamento do registro civil, não começa a correr enquanto o fato não se tornar conhecido.
- b) Postulado judicialmente o arquivamento de inquérito policial pelo órgão do Ministério Público, inicia-se o decurso do prazo decadencial de seis meses para a propositura, pelo ofendido, da queixa subsidiária.
- c) A cobrança da pena multa somente pode ser efetuada como dívida de valor, vedados, em qualquer caso, a conversão em pena privativa de liberdade e o desconto no vencimento ou salário do condenado.
- d) O autor de crime que seja comprovadamente acometido de doença mental ao tempo da ação criminosa, se imputável, terá a pena obrigatoriamente reduzida.

83. Assinale a alternativa correta:

- a) O crime de fraude à execução é de ação penal de iniciativa privada.
- b) O avô que dolosamente deixa de atender ao comando de sentença judicial que o obriga ao pagamento de pensão alimentícia em favor de seu neto, pratica, em tese, o crime de abandono material.
- c) A chamada “adoção à brasileira”, consistente na conduta do agente que registra como seu o filho de outrem, configura, em tese, o crime de falsidade ideológica.
- d) A alteração fraudulenta dos livros mercantis de empresa configura, em tese e por si só, o crime de falso material de documento particular.

84. Assinale a alternativa correta:

- a) Constitui crime a mera conduta de quem finge, perante terceiro, ser funcionário público.
- b) A venda, pelo comerciante, de mercadorias abaixo do preço de custo, configura, por si só, crime contra a ordem econômica.
- c) Nos crimes de abuso de autoridade, somente pode ser deflagrada a ação penal mediante o oferecimento de representação pelo ofendido ou de quem tenha a qualidade para representá-lo.
- d) Prática, em tese, crime funcional contra a ordem tributária, o agente que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Fazenda Pública, para tanto se valendo de sua qualidade de funcionário público.

85. Assinale a alternativa correta:

- a) O crime de falsidade ideológica exige, para sua configuração, especial finalidade do agente, consistente em prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- b) O crime de falso testemunho é material, próprio e de mão própria.
- c) Em se tratando o crime de peculato, embora admita este a forma culposa, exige, para sua configuração, seja público o bem, dinheiro ou valor indevidamente apropriado, desviado ou subtraído pelo funcionário.
- d) Em nenhuma hipótese pode ser imputada a particular a prática do crime de concussão.

86. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta:

- a) Faculta-se a exposição, nos serviços de registro civil do Estado, de cartazes legíveis com a informação da gratuidade do registro civil.
- b) Consideram-se custas as multas impostas nos termos das leis processuais às partes e aos servidores da Justiça.
- c) Cabe ao tabelião de protestos investigar a ocorrência da prescrição e, inclusive, a origem da dívida constante em documento apresentado para protesto.
- d) Não haverá sistema de plantão para o Registro Civil das Pessoas Naturais.

87. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção **INCORRETA**:

- a) Constitui atribuição da Corregedoria Geral da Justiça apreciar e o encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei sobre o Regimento de Custas e Emolumentos do Estado do Maranhão, bem como suas alterações.
- b) Compete ao Corregedor Geral da Justiça julgar os recursos das decisões dos juízes, referentes às reclamações sobre cobrança de custas e emolumentos.
- c) Compete ao Corregedor Geral da Justiça opinar sobre a criação, desdobramento, desmembramento, aglutinação ou extinção de serventias extrajudiciais.
- d) Haverá na Corregedoria Geral da Justiça livro próprio para registro de queixa de qualquer do povo, por abusos, erros ou omissões das autoridades judiciárias, servidores do Poder Judiciário e notários e registradores.

88. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta:

- a) A implantação da computação de dados dispensará a utilização dos livros obrigatórios.
- b) Não constitui atribuição do notário e do registrador fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devam praticar.
- c) A contratação de auxiliares nas serventias exclusivamente extrajudiciais só será realizada após prévia consulta à Corregedoria Geral da Justiça, que homologará o ato, se for o caso.
- d) Pelos atos praticados em decorrência das funções a eles atribuídas, os notários e os registradores têm direito, a título de remuneração, aos emolumentos fixados na Lei de Custas do Estado e nas leis específicas em vigor, a serem pagos pelo interessado no ato do requerimento ou no da apresentação do título.

89. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta sobre a escrituração dos livros, traslados e certidões:

- a) As circunstâncias que possam causar dúvidas serão ressalvadas logo após as assinaturas dos intervenientes.
- b) Nos livros, emendas inevitáveis, que não afetem a fidelidade do ato, serão ressalvadas e, aos enganos cometidos, seguir-se-á a palavra “Digo”, prosseguindo-se corretamente, após repetir a última frase correta.
- c) A emenda ou adição de termo após as assinaturas poderão ser feitas sem ressalva expressa.
- d) Em caso de urgência, admite-se que as partes assinem livros em branco.

90. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção **INCORRETA**:

- a) Os serventuários extrajudiciais poderão receber gratificação legalmente instituída pelo Poder Público estadual.
- b) O território do Estado, para os efeitos da administração da Justiça Comum, divide-se em comarcas, termos judiciários e zonas judiciárias.
- c) Cada Município corresponde a um termo judiciário, cuja denominação será a mesma daquele.
- d) Na composição do Tribunal, 1/5 (um quinto) dos lugares será preenchido por advogados de notório saber jurídico, com mais de 10 (dez) anos de efetiva atividade profissional e de Membros do Ministério Público Estadual, de notório merecimento, com mais de 10 (dez) anos de carreira, todos de reputação ilibada e indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

91. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta:
- Os notários e registradores podem residir em município diverso de onde tem a delegação, independente de autorização do Tribunal.
 - A pena de perda de delegação poderá ser aplicada por qualquer autoridade judiciária com função jurisdicional no município onde o notário e o registrador exercem suas atividades.
 - Prescrevem em quatro anos as penas aplicáveis aos notários e registradores, para as faltas sujeitas às penalidades de repreensão, multa e suspensão.
- Apenas as proposições I e II são incorretas.
 - As proposições de I a III são incorretas.
 - Apenas as proposições II e III são incorretas.
 - Apenas as proposições I e III são incorretas.
92. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção **INCORRETA**:
- Os oficiais do Registro de Imóveis e seus auxiliares são obrigados a lavrar certidão do que lhes for requerido e a fornecer às partes as informações solicitadas.
 - A Corregedoria Geral da Justiça poderá instalar postos de serviços de registro de nascimento e de óbito nas maternidades e hospitais, vinculados à serventia respectiva.
 - O desmembramento territorial do ofício do Registro de Imóveis posterior ao registro efetuado exige a repetição do registro no novo ofício.
 - No Registro Civil das Pessoas Naturais, todo óbito deverá ser comunicado ao oficial de Registro de Nascimento e Casamento do falecido, para a devida averbação. A omissão sujeita o oficial à pena de multa prevista em lei.
93. Julgue as seguintes proposições e assinale apenas a opção correta, quanto ao Registro Civil das Pessoas Naturais:
- É vedada a substituição do prenome por apelidos públicos e notórios.
 - Para nascimentos hospitalares, o Oficial deverá exigir a apresentação da via amarela da Declaração de Nascido Vivo que será emitida pelo Hospital.
 - No Registro Civil das Pessoas Naturais, nos atos de declaração de pessoa analfabeta ou que não possa assinar, colher-se-á impressão digital.
 - Na conversão da união estável em casamento, deve o oficial do Registro Civil perquirir acerca do seu prazo.
94. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado, é o órgão Supremo do Poder Judiciário estadual.
 - As decisões originárias do Corregedor Geral da Justiça são irrecorríveis, no âmbito do próprio Tribunal.
 - As comarcas estão distribuídas e classificadas em três entrâncias.
 - A representação do Poder Judiciário compete ao Presidente do Tribunal de Justiça.
95. É competente para, na forma da lei, celebrar casamento, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional:
- Oficial do Registro Civil.
 - Juiz Leigo.
 - Juiz de Paz.
 - Tabelião de Notas.
96. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Não serão cobrados emolumentos pelo processo de habilitação para o casamento de pessoas reconhecidamente pobres.
 - Os registros de nascimento e de óbito e a primeira certidão expedida são inteiramente gratuitos a todo e qualquer cidadão.
 - São isentos de pagamento de emolumentos o registro e a averbação de quaisquer atos relativos a crianças ou a adolescentes em situação de risco.
 - As certidões de nascimento ou de casamento, quando destinadas ao alistamento eleitoral, não contam com o benefício da gratuidade.
97. As questões relativas à habilitação para o casamento deverão ser resolvidas pelo:
- Juiz Diretor do Fórum.
 - Juiz da Vara da Família.
 - Juiz da Vara Criminal.
 - Juiz da Vara Cível.
98. As sanções aplicáveis aos notários e registradores prescreverão:
- Em dois anos, para as faltas sujeitas às penas de repreensão, multa e suspensão; em quatro anos, para as faltas sujeitas à pena de perda da delegação.
 - Em três anos, para as faltas sujeitas às penas de repreensão, multa e suspensão; em cinco anos, para as faltas sujeitas à pena de perda da delegação.
 - Em dois anos, para as faltas sujeitas às penas de repreensão, multa e suspensão; em cinco anos, para as faltas sujeitas à pena de perda da delegação.
 - Em cinco anos, para as faltas sujeitas às penas de repreensão, multa e suspensão; em oito anos, para as faltas sujeitas à pena de perda da delegação.
99. O Oficial do Registro Civil deverá encaminhar, nos dez primeiros dias de cada mês, as comunicações dos óbitos ocorridos no mês anterior:
- Ao Ministério das Relações Exteriores, quando o registro envolver estrangeiro.
 - Ao Juiz Diretor do Fórum, das pessoas falecidas com bens a inventariar.
 - Ao Juiz Eleitoral, dos maiores de dezoito anos.
 - Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), das pessoas com mais de dezesseis anos.
100. No que se refere às infrações disciplinares e às penalidades, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, for necessário o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de cento e vinte dias, prorrogável por trinta dias.
 - A perda da delegação dependerá de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa.
 - As sanções serão impostas pelo juízo competente, independentemente da ordem de gradação, conforme a gravidade do fato.
 - O procedimento de ação disciplinar para verificação do cumprimento dos deveres e para eventual imposição de penalidade obedecerá às regras estabelecidas para o processo administrativo disciplinar dos servidores do Poder Judiciário e às do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, no que não conflitar com a Lei n. 8.935/94.

TJMA
IESES
Notarial - Edital 001/2008
Gabarito das provas

Qst	T1	T2	T3	T4
1	D	B	A	B
2	A	B	A	A
3	C	C	B	C
4	D	D	A	A
5	B	C	A	D
6	C	A	D	B
7	D	C	A	B
8	D	B	B	A
9	B	C	B	B
10	D	C	D	A
11	D	D	A	B
12	C	D	B	C
13	B	C	B	D
14	A	D	D	D
15	C	A	B	B
16	A	A	C	D
17	C	D	C	D
18	D	C	A	C
19	D	A	D	B
20	C	A	B	B
21	C	C	A	A
22	B	C	A	C
23	C	B	C	D
24	A	D	D	C
25	C	D	C	B
26	D	C	A	A
27	C	A	C	D
28	B	D	B	A
29	D	A	B	C
30	A	B	D	A
31	C	C	B	B
32	D	A	D	D
33	A	C	B	C
34	D	B	D	A
35	B	C	D	B
36	A	A	B	C
37	B	D	B	B
38	A	C	C	D
39	B	A	B	C
40	B	B	A	D
41	D	C	C	B
42	C	C	D	B
43	C	D	A	C
44	A	C	A	C
45	D	C	C	B
46	A	B	B	D
47	B	B	A	C
48	C	D	B	C
49	C	B	D	A
50	D	A	A	C

51	B	B	D	A
52	C	B	A	D
53	A	D	B	C
54	D	B	D	A
55	C	A	A	D
56	D	D	B	A
57	C	B	A	D
58	B	B	B	A
59	C	C	B	B
60	D	B	D	D
61	D	D	C	C
62	A	A	B	B
63	C	D	B	C
64	D	A	C	D
65	C	D	A	C
66	B	A	C	B
67	D	C	C	A
68	C	B	B	B
69	A	C	C	C
70	C	D	B	A
71	A	C	C	C
72	C	D	D	A
73	A	A	C	D
74	B	A	B	B
75	A	C	A	A
76	D	A	A	B
77	C	A	C	A
78	B	C	A	D
79	A	B	B	A
80	B	A	D	D
81	D	A	A	B
82	A	B	C	D
83	A	A	D	C
84	C	D	B	B
85	A	B	C	C
86	B	B	D	C
87	A	A	C	B
88	D	D	B	D
89	B	D	D	C
90	A	A	D	D
91	B	D	A	A
92	C	A	D	D
93	B	B	D	D
94	B	C	C	C
95	C	B	D	D
96	D	A	C	D
97	B	D	D	A
98	A	B	C	B
99	B	B	D	A
100	A	D	A	B